



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES - DLA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

MARIA IZABEL DE MOURA ARAÚJO

**ANÁLISE LINGUÍSTICA DAS PREPOSIÇÕES NAS TIRAS DE “HAGAR, O
TERRÍVEL” SOB A ÓTICA FUNCIONALISTA**

CAMPINA GRANDE – PB

2015

MARIA IZABEL DE MOURA ARAÚJO

**ANÁLISE LINGUÍSTICA DAS PREPOSIÇÕES NAS TIRAS DE
“HAGAR, O TERRÍVEL” SOBAÓTICAFUNCIONALISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Coordenação do Curso de Letras –
Língua Portuguesa – da Universidade Estadual da
Paraíba, como pré-requisito para obtenção do título
de Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Francisca Eduardo Pinheiro

CAMPINA GRANDE – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A663a Araújo, Maria Izabel de Moura
Análise linguística das preposições nas tiras de "Hagar, o terrível" sob a ótica funcionalista [manuscrito] / Maria Izabel de Moura Araujo. - 2015.
21 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

"Orientação: Profa. Ma. Francisca Eduardo Pinheiro,
Departamento de Letras".

1. Linguística 2. Gramática 3. Preposição 4. Teoria
Funcionalista I. Título.

21. ed. CDD 410

MARIA IZABEL DE MOURA ARAÚJO

ANÁLISE LINGÜÍSTICA DAS PREPOSIÇÕES NAS TIRAS DE "HAGAR, O
TERRÍVEL" SOB A ÓTICA FUNCIONALISTA

BANCA EXAMINADORA

Francisca Eduardo Pinheiro nota: 9,0

Profª Msª Francisca Eduardo Pinheiro (UEPB)

Amasile Coelho L. C. Sousa nota: 9,0

Profª Amasile Coelho L. da Costa Sousa (UEPB)

Marcelo Vieira da Nóbrega nota: 8,0

Profª Ms. Marcelo Vieira da Nóbrega (UEPB)

nota: 8,7

Trabalho aprovado em 03/12/2015

ANÁLISE LINGUÍSTICA DAS PREPOSIÇÕES NAS TIRAS DE “HAGAR, O TERRÍVEL” SOB A ÓTICA FUNCIONALISTA

Maria Izabel de Moura Araújo¹

RESUMO

O presente artigo trata sobre a problemática conceituação e classificação das preposições pelas gramáticas tradicionais, mostrando que essa prática de conceituar e classificar não é considerada errada pelos linguistas, mas sim insuficiente. Analisar as preposições através da análise linguística é o nosso objetivo, visando mostrar seu uso no contexto real a partir da teoria funcionalista, uma vez que essa classe gramatical é de fundamental importância para o funcionamento da língua, pois possibilita aos alunos dominarem a habilidade do uso da língua em situações reais de interação. O respaldo teórico apoiou-se em Cunha e Cintra (2007); Bechara (2005); Bonfim (1999) e Bagno (2011); Neves (2000); Geraldi, e outros autores.

Palavras-chave: Preposições. Gramática Tradicional. Funcionalismo.

1 INTRODUÇÃO

As preposições ainda recebem tratamento teórico precário pelas gramáticas tradicionais e, conseqüentemente, pelos livros didáticos, mas atualmente elas têm sido alvo de muitos estudos linguísticos por serem de fundamental importância no funcionamento da língua. Assim, nos questionamos: o modo como as preposições são conceituadas e classificadas pelas gramáticas tradicionais refletem sobre os seus usos na língua?

Para responder essa questão, objetivamos analisar os usos das preposições nas tiras de “Hagar, o terrível”, uma vez que esse gênero é bem recorrente em livros didáticos de língua portuguesa.

Consideramos a conceituação e classificação de tal classe gramatical conforme apresentam algumas gramáticas tradicionais e a visão dos linguistas contemporâneos, para esclarecer os critérios que sustentam essas conceituações e classificações.

Iniciaremos este estudo compreendendo a expressão “Análise Linguística” e o que é a Teoria Funcionalista. Em seguida resgataremos a conceituação e classificação que as gramáticas tradicionais de Cunha e Cintra (2007) e de Bechara (2005) apresentam, analisando o que os linguistas contemporâneos Bonfim (1999) e Bagno (2011) discutem acerca do ensino das preposições, refletindo o que Neves (2000) diz a respeito dos usos dessa classe de

¹Graduanda em Letras, pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: mouramariaizabel@yahoo.com.br

palavras no funcionamento da língua, discutindo como deve proceder o ensino de gramática através da prática de análise linguística, conforme defende Bezerra e Reinaldo (2013), de modo a colaborar para o ensino de língua materna de cunho funcionalista.

A análise linguística toma o texto como unidade de ensino, além dos aspectos ortográficos e sintáticos a serem considerados. Considera também os aspectos semânticos e pragmáticos que enquadram o texto em determinado gênero discursivo/textual. Logo, nosso estudo justifica-se pela necessidade de compreender que a prática de análise linguística em sala de aula deve ser realizada numa perspectiva funcionalista, pois implica aos alunos saberem dominar as habilidades de uso da língua em situações concretas de interação, compreendendo e produzindo enunciados adequados aos diversos contextos sociais que os norteiam, sendo capazes de perceber as dificuldades entre uma forma de expressão e outra. Por isso a importância do ensino de língua materna abordar as preposições numa perspectiva de cunho funcionalista, visando à língua não como um objeto independente, mas sim como uma estrutura que se molda às situações comunicativas concretas, pois é neste espaço que a gramática se constitui.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 COMPREENDENDO A EXPRESSÃO “ANÁLISE LINGUÍSTICA”

Mesmo com todos os questionamentos feitos ao ensino de língua materna, voltado para a gramática tradicional, esse método ainda hoje é predominante nas salas de aula. Desde a década de 80 (século XX) críticas são feitas a esse ensino tradicional que prioriza a análise de unidades menores (palavras, frases e períodos) da língua e dificilmente se chega à unidade maior: o texto.

O ensino de gramática como menciona Mendonça (2006) se faz através de uma organização cumulativa, semelhante ao sumário de uma gramática normativa: da fonologia para a morfologia, depois para a sintaxe e por último a semântica (da frase), onde parece acabar o universo dos fenômenos linguísticos.

Para Mendonça (2006, p.203), o modo de organização cumulativa exclui dois aspectos essenciais da língua em uso. O primeiro deles é o fato que a aquisição da linguagem ocorre por meio de textos inseridos em contextos de interação específicos e não da palavra isolada. Até mesmo quando uma criança está aprendendo a falar balbucia apenas algumas

palavras ela está produzindo discurso, ou seja, é a interação com o outro que importa, para isso que ela busca aprender a falar.

O segundo é que ao invés de ter como foco a formação de usuários da língua, prioriza a formação de analistas da língua. Não é de responsabilidade da escola a formação de gramáticos e linguistas, mas sim de formar pessoas que sejam capazes de se expressarem de maneira segura e autônoma, adequando-se as necessidades que forem surgindo, ou seja, cabe a escola formar um sujeito pensante, crítico e que tenha voz.

Para Bezerra e Reinaldo (2013, p.13) mesmo que os estudos gramaticais tradicionais abordem a análise linguística, ressaltando a nomenclatura e a classificação gramatical, esses são considerados insuficientes para o ensino de língua materna na escola, quando se tem o texto como objeto de estudo, pois além dos critérios morfológicos e sintáticos a serem considerados, considera-se também os aspectos semânticos e pragmáticos que enquadram o texto num determinado gênero discursivo textual.

Em oposição a esse método de ensino tradicional, que prioriza unidades menores da língua, Geraldi em 1984 propõe a prática de análise linguística, termo que surgiu para denominar uma nova perspectiva de análise da língua, não de uma língua estanque, mas sim de uma língua em uso, em processos comunicativos e que tem como foco o tratamento escolar de fenômenos gramaticais, textuais e discursivos. Geraldi (2006) enfatiza que o principal objetivo da análise linguística não é o aluno dominar terminologias, mas ser capaz de compreender o fenômeno linguístico em estudo.

Observa-se que a prática de análise linguística propõe uma análise do macro para o micro, ou seja, da unidade maior: o texto, para a unidade mínima: a palavra, ou seja, o texto é a principal ferramenta de ensino dos elementos gramaticais.

É importante salientar que muitas vezes o ensino de língua portuguesa propõe o estudo do texto como ferramenta de ensino de língua, mas somente o usa como pretexto e permanece com a mesma abordagem tradicional da gramática e quando parte para a compreensão do texto, no máximo pede para o aluno responder perguntas relativas ao texto que não o fazem refletir. Conforme analisa Ferrarezi Jr (2014, p. 40):

O fato é que nossas aulas de língua materna não são feitas para o aluno pensar. Partindo-se quase sempre da pressuposição de que aquilo que o aluno conhece não é a “língua portuguesa” que ele deve conhecer, nossas aulas se fundamentam muito mais na memorização do que seria a tal “língua portuguesa correta” – porém, sem treinamento de aplicação – do que na análise e na compreensão do que se passa realmente nesse universo da língua. Por isso se memoriza tanto (embora para os fins efêmeros da prova) e se raciocina tão pouco.

A proposta de prática de análise linguística acabou influenciando os documentos parametrizadores do ensino de língua portuguesa, que são criados de acordo com os estudos linguísticos em oposição à análise puramente gramatical. Os PCN propõe um ensino reflexivo de língua materna que tenha como foco as situações reais de uso da língua, ou seja, um trabalho que não esteja atado ao ensino restrito da gramática, pois esta não é suficiente para compreender a língua em sua materialização. Quanto ao ensino de língua os PCN orientam que:

O que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos [...], pois o ensino restrito da gramática tradicional, em muitos aspectos, não corresponde aos usos atuais da linguagem, o que coloca a necessidade de busca de apoio em outros materiais e fontes (BRASIL, 1998, p. 29).

Diante de todas essas considerações feitas ao ensino de língua materna, muitos professores se perguntam se devem ou não ensinar gramática em suas aulas. Porém, o que se questiona entre os linguistas não é que a gramática deva ser extinta das aulas, pois, como menciona Antunes (2009, p. 175), “não existe língua sem gramática”, mas sim que sua análise vá além de frases e palavras isoladas, onde os alunos compreendam as funções dos elementos gramaticais em contextos de interação reais, ou seja, é preciso que se compreenda a língua em sua forma e uso. De acordo com Bezerra e Reinaldo (2013, p. 20): “[...] a abordagem das unidades linguísticas é relevante, pois elas materializam outras unidades de estudo, tais como o discurso, o gênero e o texto, e possibilitam o entendimento do sistema linguístico.”

Enfim, a análise linguística tem como principal objetivo a reflexão, pois “...no lugar da classificação e da identificação, ganha espaço a reflexão” (MENDONÇA, 2006, p. 208), ou seja, o aluno é levado a refletir sobre os elementos linguísticos no uso da língua.

2.2 FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

O Funcionalismo é uma corrente de análise linguística que tem como principal foco a linguagem em uso, ou seja, diferente da estrutura formalista que visa apenas os aspectos estruturais e/ou formais. Essa corrente analisa os contextos de interação extralinguística, considerando os aspectos semânticos e discursivos.

A origem das análises na linha funcionalista atribui-se aos membros da Escola de Praga, que comportava um grupo de autores que formavam o Círculo Linguístico de Praga, concebido em 1926 pelo linguista Vilém Mathesius. Entre os principais representantes

européus do Funcionalismo, destacam-se os linguistas russos Nikolaj Trubetzkoy e Roman Jakobson.

A perspectiva do funcionalismo norte-americano, isto é, da Costa-Oeste dos Estados Unidos, surge na década de 70 (século XX), a partir dos estudos de um grupo de pesquisadores. Foi por volta de 1975 que se repercutiu na literatura norte-americana as análises linguísticas classificadas como funcionalistas. Essa corrente desenvolve-se em oposição ao formalismo, ou seja, em aversão à teoria gerativista e ao estruturalismo.

No Brasil, as pesquisas voltadas para a teoria funcionalista se iniciam nos anos 80 (século XX), desenvolvidas por grupos de pesquisadores que analisam o funcionamento de tópicos morfossintáticos em textos falados e escritos. Os grupos de pesquisa de maior destaque foram o Peul (Projeto Norma Urbana Culta) e o Grupo de Estudos Discurso & Gramática, ambos adotaram a perspectiva do funcionalismo norte-americano.

Segundo Angelo (2013, p.389) ao relacionar a linguística com a prática cotidiana de sala de aula, os linguistas Neves, Cunha e Tavares-Oliveira e Cezario concordam ao afirmarem que são as análises teóricas de origem funcionalista que contribuíram de forma mais significativa para o tratamento dos aspectos gramaticais da Língua Portuguesa. Nas palavras de Oliveira e Coelho (2003, p.85): “Acreditamos que a proposta funcionalista, assim como outras correntes de análise linguística, possa trazer alguma contribuição ao estudo da relação *discurso x gramática*, seja na análise de textos, seja na produção.”

As aulas de língua materna a partir da perspectiva funcionalista adquirem uma nova concepção de estratégia de ensino, não mais voltado apenas para a conceituação e classificação de classes gramaticais em frases soltas e sem sentido, dissociadas do uso no contexto, mas sim um ensino de gramática voltado para a análise e a reflexão, onde o texto é tomado como instrumento de ensino.

A LDB/96 e principalmente os PCN contribuíram de forma bastante significativa na modificação das orientações do ensino com a adoção de novos procedimentos metodológicos, em que se propõe a análise dos usos linguísticos dentro de contextos sociais, de forma que os alunos tenham domínio sobre esses usos, compreendendo e produzindo enunciados adequados as diversas situações concretas que os norteiam. Assim sendo, a abordagem funcionalista contribuiu para uma percepção mais vasta acerca dos usos linguísticos, ao analisar a língua em contextos reais de comunicação, através de textos produzidos orais ou escritos.

Neves (2004, p.18) também destaca a importância de um ensino de língua voltado para as situações reais de uso da língua, ao afirmar que:

[...] a escola é, reconhecidamente, o espaço institucionalmente mantido para a orientação do “bomuso” linguístico, e que, portanto, a ela cabe ativar uma constante reflexão sobre a língua materna, contemplando as relações entre uso da linguagem e atividades de análise linguística e de explicitação da gramática.

Enfim, para o funcionalismo segundo Costa, Cunha e Cezario (2003, p.29) a estrutura gramatical molda-se de acordo com o uso da língua, ou seja, se submete as pressões oriundas dos atos comunicativos, tornando-se dependente dos usos da língua, que ao passar do tempo, é que dão forma a essa estrutura. Isso significa que a gramática da língua não é um sistema independente, mas sim maleável e heterogêneo, pois sofre influência das interações comunicativas adequando-se a elas.

2.3 CONCEITUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PREPOSIÇÕES:

2.3.1 Pelas gramáticas tradicionais

Partindo das conceituações e das classificações das gramáticas tradicionais, observamos que tanto Cunha e Cintra (2007) quanto Bechara (2005) definem as preposições pelo critério sintático e as classificam pelo critério morfossintático.

Cunha e Cintra conceituam as preposições como sendo:

... palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo segundo (consequente). (CUNHA e CINTRA, 2007, p.369).

Analisando essa conceituação, percebemos que Cunha e Cintra utilizam-se implicitamente pelo critério sintático para conceituar as preposições, afirmando que a função da preposição é de conectar dois termos numa oração.

Para os referidos autores o sentido do termo antecedente à preposição só será explicado ou completado pelo termo consequente à preposição, por exemplo:

*Chorava**de**saudade.*

A preposição **de** conecta ou relaciona os termos *chorava* e *saudade*. Se caso a oração não apresentasse o termo consequente à preposição *saudade*, ela não teria sentido, ou seja, é necessário saber de que chorava. Já na oração “*Maria chorava*”, a oração teria sentido, mas não temos a preposição **de**, diferentemente se disséssemos “*Maria chorava**de***”, a oração apareceria pedindo complemento para completar seu sentido, logo “*Maria chorava**de** saudade*” é uma oração em seu sentido completo.

Em sua gramática Bechara (2005) conceitua as preposições da seguinte forma:

...chama-se de preposição a uma unidade linguística desprovida de independência – isto é, não aparece sozinho no discurso, salvo por hipertaxe – e, em geral, átona, que se junta a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para marcar as relações gramaticais que elas desempenham no discurso, quer nos grupos unitários nominais, quer nas orações. (BECHARA, 2005, p.296).

Para Bechara (2005) a preposição é dependente, ou seja, ela não ocorre sozinha. Tem como função marcar as relações gramaticais que elas desempenham no discurso. Mais uma vez identificamos o critério sintático para conceituar as preposições, o qual, leva em conta apenas a função que elas desempenham no discurso, deixando de lado os efeitos de sentido que elas podem o atribuir.

Os referidos autores apresentam as classificações das preposições pelos critérios morfológico e sintático. Cunha e Cintra (2007), classificando-as quanto às formas como simples e compostas – critério morfológico – e quanto à função como essenciais e acidentais – critério sintático. Já Bechara (2005) abre mão do critério morfológico e utiliza-se apenas do critério sintático para classificar as preposições em essenciais e acidentais.

Pelo critério morfológico as gramáticas tradicionais classificam as preposições em simples, quando são constituídas de um só vocábulo, e compostas, quando são constituídas de dois ou mais vocábulos, sendo o último deles uma preposição simples (*geralmente de*).

Pelo critério sintático a gramática tradicional classificam as preposições como: essenciais, que são aquelas que só exercem a função que lhe cabe, de ser preposição, pois dificilmente poderá exercer função de outra classe gramatical (até, para, com, etc); e acidentais, que são palavras pertencentes a outras classes gramaticais que em certas circunstâncias assumem a função de preposição (conforme, segundo, durante, etc), por exemplo: “Pagou **conforme** o combinado”, tradicionalmente a palavra **conforme** é tida como forma de adjetivo, mas especificamente na oração apresentada ela está funcionando também como preposição.

Observamos que os gramáticos excluem totalmente o critério semântico no momento de conceituar e classificar as preposições, tornando a abordagem da conceituação e classificação dessas insuficientes, uma vez que não explicita que as preposições podem introduzir complementos ou sintagmas em função predicativa, ou até mesmo podem estabelecer relação semântica no sintagma verbal ou sintagma nominal. Isso é o que veremos a seguir na abordagem dos linguistas.

2.3.2 Nas perspectivas dos linguistas contemporâneos

Atualmente, as preposições têm sido alvo de muitos estudos linguísticos, por serem de grande importância no funcionamento da língua. Os linguistas conceituam e classificam as preposições de acordo com os seus usos no discurso. Neste tópico analisaremos, respectivamente, o que os linguistas contemporâneos Bonfim (1999), Bagno (2011) discutem acerca das preposições, e o que Moura Neves (2000) tem a falar sobre os usos das preposições no funcionamento da língua.

Segundo Bonfim, os problemas que tange às fronteiras entre classes de palavras e suas peculiaridades parecem situar-se no subgrupo das palavras ditas inflexivas: preposições, advérbios e conjunções. Deteremos nossa análise na problemática referente à conceituação e classificação das preposições.

Um dos impasses que ocorre é que as preposições apresentam semelhanças com os advérbios quanto às classificações que a tradição gramatical denomina como locuções prepositivas e locuções adverbiais. Por outro lado, as locuções prepositivas apresentam pontos de semelhanças com as locuções conjuntivas, diferenciando-se em alguns casos apenas pelo elemento final.

Para esclarecer melhor o primeiro ponto exposto, notamos que quando os advérbios são seguidos de preposição a tradição gramatical classifica essa sequência como locução prepositiva, levando em conta apenas a parte e não o todo. Para isso utiliza-se do critério morfológico, desconsiderando a função e o sentido que tal sequência atribui ao discurso, priorizando apenas a forma.

No segundo ponto colocado, as locuções prepositivas, muitas vezes, podem apresentar sentido equivalente das locuções conjuntivas, mas o que irá diferenciar uma da outra será o elemento final, que ao mesmo tempo as classificam, isto é, se a locução terminar em preposição será classificada como locução prepositiva, e se terminar como conjunção será classificada como locução conjuntiva. Mais uma vez, notamos que foi considerado para a classificação da preposição apenas o critério morfológico, levando em consideração apenas a parte e não o todo.

Essa é uma das problemáticas apresentada por Bonfim (1999) e discutida neste trabalho, que é a classificação das preposições no foco da parte e não do todo, em que se prioriza a forma –critério morfológico- excluindo a função e o sentido que elas podem atribuir ao discurso.

Bagno (2011) em seu texto “Pequenas notáveis – as preposições”, faz uma crítica à nossa tradição pedagógica que se fixou em uma lista fechada de preposições e que a maioria das pessoas decoram e sabem de cor, tornando-se assim uma parlenda anacrônica. Essa lista

acarreta grandes problemas por elencar preposições que estão em desuso (trás); por trazer como preposições simples itens que na realidade são compostos (a+pós= após); e por não contemplar toda uma série de itens que também agem na língua como preposições. Pois, segundo Bagno (2011, p.856), decorar uma lista de itens e classificá-los não leva a nada (talvez só ao desgosto pelas “aulas de gramática”) - ainda mais se for uma lista repleta de problemas como essa.

Bagno (2011), prefere falar de **aposições**, distribuindo-as em **preposições** e **posposições** – pré e pós- conforme os exemplos:

preposições

Cheguei **no** Brasil semana passada.

posposições

No candidato corrupto eu voto **contra**.

Observa-se que no exemplo dado a preposições, a aposição **no**(em+o) é colocada antes do nome Brasil, enquanto em posposições, a aposição **contra** é colocada depois dos nomes e do verbo que constitui a oração.

Do ponto de vista semântico, Bagno (2011) classifica as aposições em gramaticais, que exprimem relações sintáticas abstratas, e concretas, que indicam sempre uma localização definida. Do ponto de vista morfológico, o autor classificam-nas como aposições simples, constituídas por um vocábulo, aposições complexas, constituídas por dois ou mais vocábulos.

Com isso, conclui-se que Marcos Bagno utiliza-se dos três critérios de classificação (morfológico, sintático e semântico) para classificar as preposições, abordando-as pelo todo e não por uma parte.

Moura Neves (2000) analisa as preposições em seus usos no funcionamento da língua. Tendo como ponto de partida a gramática tradicional, a autora estuda as preposições analisando-as no discurso as possibilidades de classificá-las de acordo com os efeitos de sentido que elas atribuem ao discurso.

A autora classifica as preposições em:

preposições introdutoras de argumento: a, até, com, contra, de, em, entre, para, por, sob, sobre;

preposições não-introdutoras de argumentos: ante, após, desde, perante, sem;

preposições acidentais.

As **preposições introdutoras de argumento** funcionam no sistema de transitividade como: introdutoras de complemento, podendo ser complemento verbal, de adjetivo, de substantivo ou de advérbio. E fora do sistema de transitividade elas funcionam estabelecendo relações semânticas no sintagma verbal de adjunto adverbial, e no sintagma nominal de adjunto adnominal, e ainda podem introduzir sintagma em função predicativa (predicativo do sujeito ou predicativo do objeto).

As **preposições não-introdutoras de argumentos** estabelecem relações semânticas no sintagma verbal de adjunto adverbial, e no sintagma nominal de adjunto adnominal.

As **preposições acidentais**, na definição de Moura Neves, são certos elementos que se estão gramaticalizando como preposições e que se empregam em contextos restritos. Sendo assim todas preposições classificadas como acidentais têm sua origem em outra classe gramatical –nas classes de advérbio, adjetivos, conjunção, entre outros.

As preposições acidentais, com exclusão de **excerto**, forma de verbo no particípio passado, e dos **originários de particípio presente de verbos** (-nte), funcionam não apenas como preposições, mas também como elementos da sua classe de origem. Essas preposições funcionam fora do sistema de transitividade, isto é, não introduzem complemento, mas estabelecem relação semântica adverbial.

A autora classifica as preposições pelos critérios morfológico, sintático e principalmente pelo semântico, diminuindo as falhas no momento de classifica-las como tais.

2.4 HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E O GÊNERO TIRA

Atualmente, as histórias em quadrinhos são bem vindas na escola, porém nem sempre foi assim. Houve uma época que elas eram inadmissíveis nas salas de aula, pois um psicanalista alemão chamado Fredric Wertham, publicou em 1954 um livro bastante polêmico, denominado *Seduction of the Innocent* (Sedução dos Inocentes), no qual colocava em alerta o efeito nocivo que as histórias em quadrinhos provocavam em crianças e adolescentes. Segundo Fredric, esse tipo de leitura induzia os jovens ao crime. Suas ideias se espalharam pela sociedade e muitos pais e professores consideraram imprópria essa modalidade de leitura.

Porém, as HQS com o passar do tempo recuperaram o respeito e conquistaram espaço na sociedade. No século XX, os personagens que representavam os heróis passaram a fazer parte do universo cinematográfico.

No Brasil, o assunto “heróis” tornou-se objeto de pesquisa de estudos acadêmicos. E consequentemente o quadrinho passou a fazer parte do cenário da educação, utilizado como incentivo a leitura, a interpretação e produção textual.

O incentivo do governo contribui bastante para o uso das HQS no ensino e na realidade pedagógica do professor, através da inclusão dessa modalidade de leitura nos PCN e a distribuição das mesmas no ensino fundamental, por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola.

Existem inúmeros gêneros que integram o hipergênero quadrinho, porém nos deteremos apenas em um: o gênero tira cômica, pois ele faz parte da nossa pesquisa.

A tira cômica, mais conhecida como tira, é um dos gêneros das HQS mais conhecidos e publicados. Ela predomina nos jornais brasileiros e também nos da maioria dos países.

Suas principais características são: o humor como temática; texto breve construído em um ou dois quadrinhos; personagens fixos ou não e uma narrativa com desfecho inesperado no final.

Segundo Ramos (2014), devido o gênero usar estratégias semelhantes a uma piada para provocar o humor, a tira é rotulada com sendo uma piada.

Observamos que o uso das tiras é recorrente nos livros didáticos de língua portuguesa, para o estudo das classes gramaticais. Porém, infelizmente detectamos que a análise apresentada nos livros didáticos, trata-se de uma prática artificial, que se aplicam de forma mecânica e superficial, excluindo a abordagem do funcionamento da língua, não a concebendo enquanto interação. Para a análise das preposições, elegemos as tiras de “Hagar, o horrível”, como nosso objeto de análise.

3 METODOLOGIA

Este trabalho insere-se no contexto de pesquisa bibliográfica, que se realiza através do uso de livros e de artigos científicos. A pesquisa bibliográfica é uma “pesquisa cujos dados e informações são coletados em obras já existentes e servem de base para a análise e interpretação dos mesmos, formando um novo trabalho científico” (LEITE, 2008, p. 47).

As informações obtidas na pesquisa foram fundamentais para atingir o objetivo proposto que é analisar as preposições a partir da perspectiva da análise linguística, de modo a colaborar para o ensino de língua materna de cunho funcionalista.

A análise das preposições foi realizada nas tiras de “Hagar, O Horrível”, sendo estas retiradas do livro “O Melhor de Hagar, O Horrível- v.3, 2005”, do autor Dik Browne. A escolha do gênero tira se deu uma vez que esse gênero é bastante recorrente nos livros didáticos de ensino de língua materna.

4 ANÁLISE DA PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DAS PREPOSIÇÕES NAS TIRAS DE “HAGAR, O TERRÍVEL”

Corroborando com estudos que apontam para uma abordagem da língua em seu funcionamento, tendo como objeto de análise as tiras de “Hagar, O Terrível”, passamos nesse momento a analisar os usos das preposições **de** e **pelo** no referido gênero, comprovando a relevância das preposições na construção do sentido do texto das referentes tirinhas, evidenciando uma análise linguística que visa estudar a língua em seu funcionamento, de modo a colaborar para o ensino de língua materna de cunho funcionalista.

Vejamos os exemplos da preposição *de* na seguinte tirinha:

Tira 1



Dik Browne. *O Melhor de Hagar, o Horrível- v.3* Porto Alegre, L&PM Editoras, 2005.

Analisando a tira acima, no primeiro quadro identificamos a preposição *de*, mais o artigo *o* formando a contração *do*. De acordo com a tradição gramatical a preposição *de* tem sentido de movimento: afastamento de um ponto, de um limite, procedência, origem, posse e causa. Neste texto observamos que a preposição *de* exerce o sentido que realmente a gramática tradicional lhe atribui: identifica a origem do personagem Hagar, ou seja, Hagar o terror do norte.

No quadrinho 2, também identificamos a preposição *de*, que diferente do que propõe a gramática tradicional, apresenta um novo sentido no texto: indica a matéria de que uma coisa é feita, ou seja, um doce feito de coco. Porém, neste texto o docinho de coco não se encontra

no sentido denotativo, mas refere-se metaforicamente ao filho de Hagar (Hamlet) que é um garoto sensível e puro, que gosta de estudar. E seu pai Hagar fica bravo e triste por ter um filho assim, tão diferente dele que é um viking que vive aterrorizando a vida de outros povos.

A tradição gramatical classifica as preposições *de* como sendo simples e essencial, sem ao menos analisá-la, verificando os efeitos de sentido que ela causa no discurso. Enquanto que a teoria funcionalista propõe o sentido de uma palavra quando esta se encontra em uso, pois as palavras podem apresentar diferentes sentidos, dependendo do contexto que se encontram.

Os exemplos acima da preposição *de* desconstruem a perspectiva dessa gramática estanque, uma vez que mostram que a preposição *de* apresenta diferentes sentidos dependendo do contexto na qual ocorra.

Tira2



Dik Browne. *Hagar, Melhor de Hagar; o Horrível-v. 3* Porto Alegre, L&PM Editoras, 2005.

Na perspectiva tradicional, as preposições são tratadas como palavras invariáveis que desempenham a função de conectar uma palavra à outra, sendo abordadas muitas vezes em listas para serem decoradas pelos alunos e em frases soltas, sem nenhum contexto real de

uso, e classificadas antes mesmo de se entender como usá-las. Para a teoria funcionalista a gramática é vista como algo dinâmico que se molda as necessidades dos falantes, por isso que é essencial a análise da linguagem em contextos reais de comunicação.

Ao analisarmos a tira 2 identificamos a preposição *pelo*, no segundo quadro, que se origina por contração da preposição *por* mais o artigo *o*. Segundo algumas gramáticas tradicionais a preposição *por* (*per*) é classificada como uma preposição essencial, com sentido de movimento (percurso de uma extensão entre limites, através de, duração), no espaço e no tempo; e de situação (resultado do movimento de aproximação a um limite), no espaço e no tempo.

Associando o texto a imagem, observamos que o item linguístico *pelo* apresenta um sentido diferente do que alguns gramáticos lhe atribuem: ele denota o modo como a personagem Hagar caminha, segundo a observação de sua esposa Helga, ou seja, Hagar caminha de cabeça baixa, curvado, sem ânimo. Enquanto que a tradição gramatical lhe atribui apenas sentido de movimento: no espaço e no tempo; e de situação, concluímos que nesse contexto a preposição *pelo* apresenta um sentido diferente, ou seja, refere-se a maneira como se caminha, além de identificar o aspecto físico, também se evidencia o aspecto emocional da personagem.

Observamos que a gramática tradicional limita o sentido das preposições e desconsidera seu uso no contexto discursivo. Enquanto que a teoria funcionalista ressalta que a gramática é dinâmica, levando em consideração que as formas linguísticas se adequam às necessidades comunicativas dos usuários.

Enfim, quando se trabalha com textos reais é que se observa a existência de um distanciamento entre a língua abordada nas gramáticas tradicionais e conseqüentemente nos livros didáticos uma vez que a maioria tem como fonte teórica a gramática normativa e a língua que usamos em nossos contextos reais de comunicação. Essa divisão da língua tem como resultado dois lados, de um lado uma língua considerada difícil e sem sentido que desperta pouco interesse dos alunos, pois só serve na maioria das vezes para ser decorada quando se tem prova e do outro lado temos uma língua dinâmica, com sentido que faz o aluno realmente entender o seu uso, pois faz parte do seu contexto de interação.

Analisamos as preposições **de e pelo** nas tiras de “Hagar, O Terrível” considerando não apenas os critérios: morfológico e sintático, mas também o semântico e o pragmático -, objetivando identificar que as gramáticas tradicionais não estão equivocadas ao abordarem os critérios morfológico e sintático, mas sim que apenas essas duas abordagens é insuficiente para o entendimento do aluno quanto à dinamicidade da língua. Portanto seria indispensável

que as gramáticas explicassem os fenômenos linguísticos a partir de um conjunto de critérios esclarecendo todos os aspectos das classes gramaticais, sejam eles estruturais, funcionais ou semânticos/pragmáticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que analisamos, percebe-se que a problemática acerca da classificação das preposições ocorre pelo tratamento teórico precário dado à conceituação e classificação destas, classificando-as por parte e não pelo todo. Classificá-las apenas por um único critério, deixando de lado aspectos que também influenciam no momento de classificá-las, como a função que as preposições exercem nas frases e os efeitos de sentido que elas atribuem ao discurso, torna-se um estudo insuficiente.

As gramáticas tradicionais ainda cometem essa falha, ao abordarem as preposições de maneira estanques, sendo assim, a ideia que procura uma melhor análise antes de classificar as preposições como tais é a da teoria funcionalista, pois as preposições são analisadas levando em conta além dos três critérios: morfológico, sintático e semântico, o contexto interacional de comunicação, deixando o mínimo possível de possibilidades de falhas quanto a uma classificação mais eficaz e ao entendimento da língua.

Portanto seria indispensável que as gramáticas explicassem os fenômenos linguísticos a partir de um conjunto de critérios esclarecendo todos os aspectos das classes gramaticais, sejam eles estruturais, funcionais ou semânticos/pragmáticos.

ABSTRACT

This article discusses the problematic conceptualization and classification of prepositions by traditional grammar, showing that this practice of conceptualizing and rank is not considered wrong by linguists, but insufficient. Analyze prepositions through linguistic analysis is our goal, aiming to show its use in the real context from the functionalist theory, since this part of speech is of fundamental importance for the functioning of the language because it enables students to master the ability to use the language in real situations of interaction. The theoretical support was based on Cunha and Cintra (2007); Bechara (2005); Bonfim (1999) and Bagno (2011); Neves (2000); Geraldi, and other authors.

Keywords: Prepositions. Traditional Grammar. Functionalism.

REFERÊNCIAS

- ANGELO, Cristiane MalinoskiPianaro. Contribuições de uma abordagem funcionalista para a prática de análise linguística em ambiente escolar. *ActaScientiarum.Language and Culture*, Maringá, v. 35, n.4, p. 387-395, Oct. –Dec, 2013.
- ANTUNES, Irandé. **Gramática Contextualizada: Limpando “o pó das ideias simples”**.1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 38 ed.rev. e ampliada. 19ª reimpressão. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. **Análise Linguística: Afinal a que se refere?**São Paulo: Cortez, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 248 de 23 dez. 1996.
- BROWNE, Dik. **O Melhor de Hagar, O Horrível**. v.3. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- CUNHA, Angélica Furtado da.**Funcionalismo**. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CUNHA e CINTRA, Celso e Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon: Editora digital, 2007.
- FERRAREZI Jr., Celso. **Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- GERALDI, João Wanderlei. **O texto na sala de aula**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.
- MENDONÇA, Márcia. **Análise Linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto**. In: BUNZEN, Clécio, MENDONÇA, Márcia (orgs); KLEIMAN, Angela. *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.p. 199-224.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000..
- NEVES, Maria Helena de Moura. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de. COELHO, Victoria Wilson. **Linguística funcional aplicada ao ensino de português**. In: CUNHA, M. A. F; OLIVEIRA, M. R. &MARTELOTTA, M. E. (Org). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Faperj, DP&L, 2003.

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas tecnologias. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2000.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, Edson Rosa (org). **Funcionalismo Linguístico: novas tendências teóricas.** São Paulo: Contexto, 2012.

VALENTE, André. **Aulas de português: perspectivas inovadoras.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.